



INTEP-MT

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**
Livre, democrático e de luta!


Educação em Alerta

Jornal Sintep-MT - Edição - Maio de 2018




GESTÃO DEMOCRÁTICA

A DECISÃO É COLETIVA
OU DE GESTORES?

 PÁGINA - 03

CONCURSO

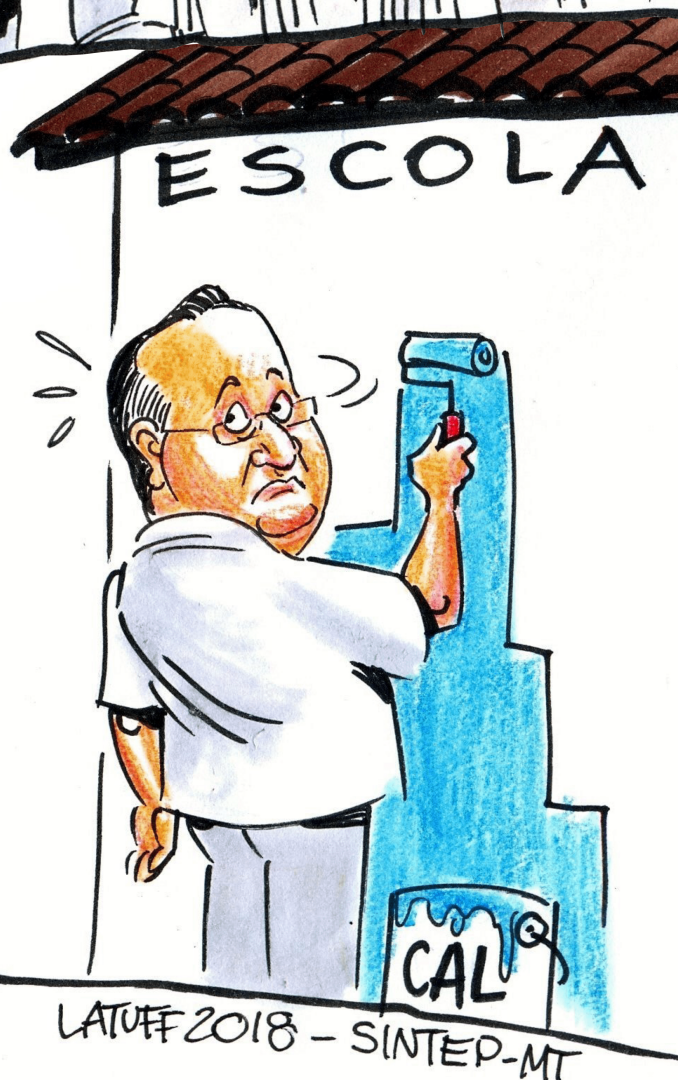
CARREIRA ATRAI PROFISSIONAIS
DE TODO O PAÍS

 PÁGINA - 07

REDES MUNICIPAIS

LUTA PELO PISO
SALARIAL E CARREIRA

 PÁGINA - 08



LATUFF 2018 - SINTEP-MT

Companheiros e Companheiras

Neste mês de maio precisamos ficar mobilizados para a nossa Campanha Salarial. Nós, que conquistamos a política da Dobra do Poder de Compra, que nos assegura até 2023 o acréscimo do percentual de 7,69% sob os nossos salários, precisamos estar atentos porque a lei 510/2013 não se concretiza apenas com o percentual fixo. A variável, que é a RGA, tem sofrido alterações impostas aos trabalhadores com o fatiamento dessa conquista.

Não podemos esquecer que em nível federal foi aprovada a emenda de nº 95 impondo o congelamento dos investimentos públicos para os próximos 20 anos. No estado foi proposto o congelamento por 10 anos, e nós conseguimos reverter para cinco anos. Não é porque a Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprova uma Lei que vamos deixar de lutar para fazer valer nossas conquistas.

Se o governo tivesse cumprido na íntegra a nº 510/2013 o valor de piso seria um. Alterando a Revisão Geral Anual chegamos, em maio de 2018, ainda sem receber o piso previsto. Temos um Conselho de Representantes no mês de junho com previsão de Assembleia Geral. Nele faremos a avaliação do comportamento do governo e decidiremos quais ações adotaremos.

Assim como na rede estadual, também nas redes municipais os trabalhadores e as trabalhadoras da educação precisam manter a resistência contra o desmonte das Leis que lutamos para construir. A Lei do Piso Salarial Nacional Profissional (11.738/2008) e o artigo 206 da Constituição Federal, que asseguram o direito a valorização para o conjunto de trabalhadores da educação, precisam ser cumpridas. O PSPN atualizado deveria estar em vigor desde janeiro de 2018, por tanto temos que continuar a fazer o enfrentamento. Nenhum direito da classe trabalhadora é dádiva, precisamos fazer a luta para exigirmos respeito necessário daqueles/as que se colocam na condição de gestores em Mato Grosso.

Maio é mês de luta, ainda no cenário nacional, com a realização da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), em Belo Horizonte, dias 24 a 26. Os debates farão o enfrentamento à desconstrução dos vários itens aprovados no Plano Nacional de Educação em 2014, que teriam que ter sido regulamentados até 2016. Não foram pois o atual governo tem outros objetivos para a educação pública.

Os interesses atuais são implantar a Reforma do Ensino Médio, trabalhar na perspectiva de privatização no espaço da escola, reduzir os investimentos públicos, inclusive os da educação.

O Sintep elegeu para a Conape o conjunto de delegados que vai participar desse Congresso que estabelecerá os marcos que queremos para a educação aqui no nosso país. Mobilizados sempre. Sem descanso!



Henrique Lopes do Nascimento
Presidente do Sintep/MT

Lenha na Fogueira

GOVERNO ²

O Governo, por meio da Controladoria Geral do Estado (CGE), concluiu as investigações sobre o desvio de finalidade do Fundeb isentando o Governo do Estado de culpa. A pedalada, com recursos da educação, comprometeu a política da educação nos 141 municípios do estado enquanto o governo fazia caixa. Mas, tá tudo certo!

PDV

O Governo Taques anda fazendo propaganda de um possível programa de demissão voluntária para os servidores/as públicos/as estaduais. A prática, velha conhecida, foi usada na gestão FHC e cerca de 700 pessoas têm processo na Justiça pedindo a reintegração do cargo, porque só tiveram prejuízos. Alguém acredita que esse programa será bom para os/as servidores/as?

GOLPE

O Conselho Federal de Educação Física (CREF), por meio da regional de Mato Grosso, aplica mais uma tentativa de coagir os/as professores/as de Educação Física a fortalecerem os cofres da instituição. Com o aval da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT) se instalaram no local de posse dos aprovados no Concurso 2017 e passaram o chapéu obrigando todos/as empossados/as a fazerem o registro compulsoriamente.

IRREGULARIDADE

O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) instaurou inquérito para investigar irregularidades no concurso público da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) busca investigar a cláusula de barreira de 50% do número de vagas para o cadastro de reserva do concurso estadual, que se baseia no decreto 5.356/2002, que foi revogado pelo decreto 2.717/2010 e evocado na correção do Edital nº 1.

MILITARIZAÇÃO

Mais uma vez o governador Taques gasta recursos públicos para anunciar a ampliação do número de escolas militares em MT, ainda em 2018. Isto significa que teremos não somente a intervenção disciplinar militar, mas também o gerencialismo e outras relações advindas da presença de militares nas escolas, com recursos da Educação.



EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso
Rua Mestre João Monge Guimarães, 102 - Bairro Bandeirantes - Cuiabá-MT
Fone: (65) 3317.4300 - 0800.654343 - fax: 3317.4327
Site: www.sintep.com.br
Email: comunicacao@sintep.org.br

Presidente: Henrique Lopes do Nascimento - Vice-presidente: Jocilene Barboza
Secretário de Comunicação: Gilmar Soares e Edevaldo José Santos
Secretária-geral: Miriam Ferreira Botelho
Revisão: Maria Luiza Zanirato
Edição, redação e editoração Eletrônica: Roseli Riechelmann e Jadson Oliveira
Fotos: Divulgação e Sintep/MT.

O fantasma da privatização na Educação



O protagonismo do Sintep/MT nas políticas educacionais em Mato Grosso significa o enfrentamento para além da pauta econômica, para além da luta da concretização da Lei n 510/2013. Os ataques do governo aos direitos da categoria recaem também sobre a valorização profissional como um todo, passando pelas políticas pedagógicas e Leis de Carreira e Lei da Gestão Democrática.

Para o secretário de Assuntos Educacionais da CNTE e dirigente no Sintep/MT, Gilmar Soares, o corte de investimentos aprovado

no estado e no país se efetivará em 2019. Conforme esclarece, o ajuste fiscal aprovado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), por meio da Lei do congelamento de investimentos e estadual (EC nº 81) e federal (EC nº 95) tem motivado ao atropelo das defesas históricas para a qualidade socialmente referenciada da educação.

O processo privatista retorna após o enfrentamento feito pela categoria na greve de 2016, que engavetou as Parcerias Público Privadas (PPP's). Contudo, destaca Soares, o congelamento das verbas públicas somado ao aumento do percentual de isenções e renúncias fiscais concedidas aos setores mais ricos da economia de Mato Grosso, entre eles o agronegócio, está implementando o cenário educacional políticas privatistas de educação.

O governo Taques tem promovido contínuos ataques a educação pública e gratuita. "Constatamos isso quando permite que ONG's (Ensina Brasil, Instituto Natura), entrem nas escolas interferindo na carreira profissional ao permitir que profissionais liberais, não profissionalizados, assumam aulas, ou ainda, quando amplia a jornada de 30h, para 40 horas", diz.

Diante das ameaças apresentadas o Sintep/MT reafirma a defesa da valorização profissional por meio de contratação efetiva, de Formação Inicial e Continuada, de um projeto pedagógico que não seja o da Reforma do Ensino Médio, ou da Base Nacional Curricular Comum. "Esse modelo de educação, terceiriza serviços, inviabiliza a Gestão Democrática e compromete o direito a educação integral", conclui.

Lei 7.040/1998

GOVERNO TAQUES ATACA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O processo democrático nas escolas públicas estaduais de Mato Grosso, consolidado pela Lei de Gestão Democrática nº 7.040/1998, está próximo a ser enterrado. No seu lugar a Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso (Seduc-MT) quer implementar uma nova política que tem como viés o processo meritocrático na gestão escolar. O projeto integra uma minuta elaborada pela Secretaria e colocada para apreciação do Sindicato.

A secretária de Políticas Educacionais do Sintep/MT, Guelda Andrade, integra o grupo de trabalho (GT) que avalia o documento já construído. "Existe uma proposta de realização de uma Conferência para validar a minuta. No entanto, será a toque de caixa, sem o devido debate, pois não haverá tempo hábil para que a comunidade escolar realize um estudo minucioso do documento", relata.

Na avaliação da sindicalista, não há necessidade de alteração na Lei de Gestão Democrática, mas é fundamental que a Seduc invista em formação continuada, formação política, formação voltada para as especificidades que a Gestão Esco-

lar exige, os problemas enfrentados pela gestão ou falta de gestão escolar, não serão inexistentes a partir de uma nova Lei de Gestão Democrática. Ao construir uma nova legislação, a Seduc desconsidera toda a luta coletiva realizada em 1998, que consolidou a construção de um processo de Gestão Democrática na comunidade escolar", disse. A Lei tem sido atacada efetivamente desde 2017 quando o processo de eleição de diretores/as foi suspenso pelo Estado, a qual prorrogou o mandato dos/as gestores/as, de 2018.

A minuta elaborada pela Seduc/MT teria nascido a partir do relatório da Conferência da Gestão Democrática (Conged) de 2010, não divulgando para a categoria com propostas oriundas de diagnóstico que a própria Secretaria possui do colegiado de diretores/as de escolas. "Destaco a falta de respeito do Governo para com o sindicato que representa a categoria e com os/as profissionais da educação de Mato Grosso, quando busca opiniões em grupos sem representatividade do coletivo de trabalhadores e trabalhadoras. O mais curioso é entender qual o objetivo da Secretaria em manter relação estreita com um Colegiado de Diretores/as de Escola?", questiona Guelda.

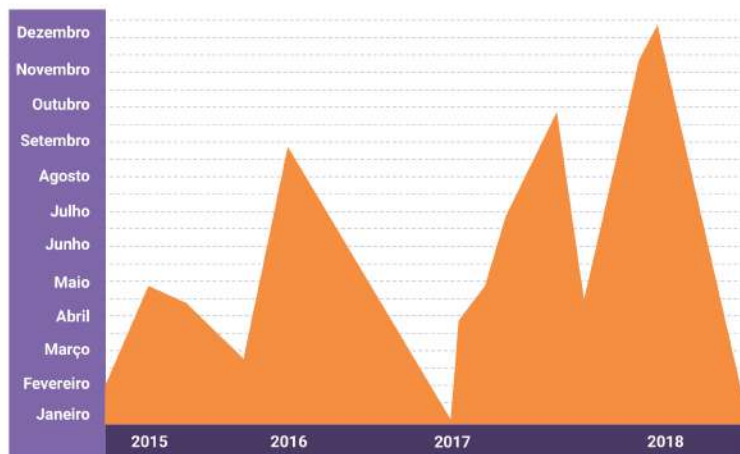
Data-base 2018: as incertezas continuam



“O cumprimento da Lei 510/2013 continua sob ameaça a cada data-base da categoria. Desde 2015, quando o governador legalista assumiu o executivo estadual. A conquista, consolidada após os 67 dias de greve dos/as profissionais da educação estadual, em 2013, exigiu durante os três anos de Governo enfrentamentos permanentes para assegurar o direito aos reajustes determinados pela Lei”, argumenta o presidente do Sintep/MT Henrique Lopes.

Segundo ele, neste mês de Maio de 2018, período de campanha salarial, último ano da gestão Taques, a necessidade da pressão pelo cumprimento integral ao direito de valorização salarial ainda está presente. “O ano eleitoral exige que a categoria escolha qual o projeto político quer ter implementado no próximo Governo. A partir daí saberemos como se dará a conquista da Dobra do Poder de Compra até 2023”, acredita.

O fatiamento da Revisão Geral Anual (RGA), variável fundamental para a efetivação da Dobra do Poder de Compra, marcou a política de valorização dos/as profissionais da Educação estadual, nos quatro anos da gestão Taques (2015-2018). Na investida, em 2015, o Governo fragmentou a inflação de 11,28%, pagando apenas 7,36% e dando o calote em 3,92%. “A crise e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foram os argumentos. No entanto, não faltou recurso para fraudes na Seduc/MT, estimadas em R\$ 56 mi, e que culminou com a prisão do ex-secretário do Governo, ou para dispensar por meio de isenções e renúncias fiscais, na ordem de R\$ 1,6 bilhões”, lembra o presidente.



Em 2016 a integralidade da Lei 510/2013 voltou a ser atacada com a tentativa de retirar o direito ao RGA. Milhares de trabalhadores/as do Estado foram às ruas, na primeira greve unificada contra a política implementada por Taques. Nesse ano o Sintep/MT conduziu a nova greve de 67 dias. Como resultado, ainda que diferente do que preconizava a Lei 510/2013, foi acordado junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso, a recomposição integral da Lei 510/2013, exigindo também o pagamento do débito pendente de 2015 (3,92%).

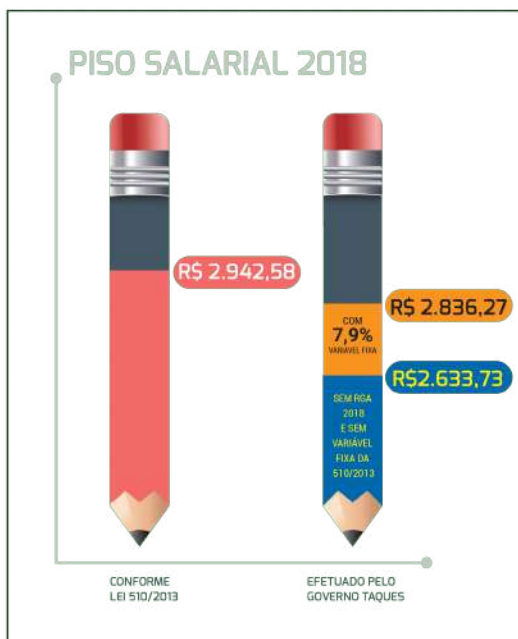
Em 2017, o cenário político e as prioridades do governador Taques ficaram claras para os/as educadores/as com o contínuo favorecimento dos grandes empresários e do agronegócio via política de isenção fiscal.

ANO	ISENÇÕES E RENÚNCIA FISCAL	ORÇAMENTO EDUCAÇÃO
2015	R\$ 1,6 BILHÃO	R\$ 1,9 BILHÃO
2016	R\$ 2,4 BILHÕES	R\$ 2,3 BILHÕES
2017	R\$ 2,5 BILHÕES	R\$ 2,668 BILHÕES

LOA - ALMT

“O argumento da falta de recursos sempre foi estratégia para as prioridades desse governo, que claramente não é a valorização dos serviços públicos”, argumenta o dirigente da CNTE e secretário de comunicação do Sintep/MT, Gilmar Soares.

A mobilização de 2017 foi concentrada na Assembleia Legislativa estadual, pois o governo antecipou um projeto de lei da RGA e, articulado com a maioria dos deputados, aprovou a Revisão Geral Anual “combo”, integrando recomposição para 2017 e 2018. “A fragmentação promove perdas salariais que são percebidas nas despesas mensais, pois a inflação na energia, no combustível é integral”, conclui Henrique Lopes



Sindicato reafirma cobrança sobre **divulgação da lista completa** de aprovados



A cobrança pela publicação dos aprovados em todas as fases do concurso da Educação em Mato Grosso continua. O Sintep/MT já cobrou a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) através de quatro ofícios e protocolou no Ministério Público um pedido para que o erro seja corrigido, além de solicitar uma nova audiência com a Seduc. Porém o Poder Público não se manifestou sobre o caso e continua assim trazendo prejuízos a centenas de profissionais.

Os ofícios nº 029/2018 (de 02 de fevereiro), 031/2018 (08 de fevereiro), 273/2018 (26 de fevereiro) e 051/2018 (09 de março) apontam o equívoco com a não publicação da lista com todos os aprovados e solicita a correção da publicação no Diário Oficial. Já o pedido junto ao Ministério Público do Estado (MPE) foi protocolado em 06 de fevereiro e também aponta que os princípios de legalidade e da vinculação ao edital não estão sendo cumpridos pelo Estado.

Temos um alto número de vagas livres e o Governo do Estado descumpre o edital para limitar o número de posses. É um direito de todos os que foram aprovados nas etapas conhecerem a colocação em que estão e esperamos que não seja preciso recorrer ao Judiciário novamente para garantir o cumprimento da Legislação”, enfatiza o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes.

DESCONTO PREVIDENCIÁRIO

Sintep/MT ganha liminar



A Justiça deu liminar favorável à Ação movida pelo Sintep/MT contra cobrança de desconto previdenciário sobre a gratificação nos salários dos/as profissionais da educação que ocupam funções de direção e coordenação nas escolas estaduais de Mato Grosso. A decisão preliminar, emitida no mês abril, encaminha para que os valores descontados dos vencimentos para fins de aposentadoria sejam cancelados.

Apesar de ainda não se tratar de uma decisão definitiva, a liminar é uma vitória da luta sindical, já que apenas os/as trabalhadores/as da educação sindicalizados serão beneficiados com o cancelamento do desconto “A prática do desconto previdenciário sobre as gratificações é um achatamento do salário dos profissionais, pois elas não contam como remuneração do trabalhador para fins de aposentadoria”, lembra o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes.

Conforme Henrique Lopes, o sindicato tem por obrigação fazer a defesa de direitos dos/as trabalhadores/as da educação e principalmente daqueles que participam da luta.



CDCEs devem denunciar irregularidades nos repasses da merenda

No último mês várias denúncias sobre irregularidades nos valores repassados para a alimentação escolar foram feitas à imprensa pelas escolas, porém, não foram comunicadas ao principal órgão que pode atuar nesses casos, o Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE). O Sintep/MT faz o alerta para que o CEAE seja comunicado dessas irregularidades, para que providências sejam tomadas.

Conselheiro Estadual de Alimentação Escolar e secretário de Formação Sindical do Sintep/MT, João Eudes Anuniação, reforça a

importância da comunicação oficial, pois apenas a denúncia aos meios de comunicação não evita que o problema volte a se repetir.

"As informações que temos comprovadas pelos extratos é que o repasse continua o mesmo, mas sabemos que podem ocorrer problemas, por isso o Conselho precisa ser avisado sobre essas questões para que possamos agir o mais rápido possível. Os Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar (CDCEs) têm esse papel", explica João Eudes.

As denúncias podem ser feitas pelo e-mail caemt@gmail.com.

Conape é ato de resistência contra os ataques ao Plano Nacional de Educação



Uma grande mobilização para mostrar resistência aos retrocessos na Educação e ao não cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE) será realizado na Conferência Nacional Popular de Educação (Conape) entre os dias 24 e 26 de maio, em Belo Horizonte (MG). Serão três dias de debates e também de alerta à sociedade sobre as atitudes do Governo Federal por boicotar não só a avaliação do PNE como também a sua aplicação prática. Noventa e seis delegados eleitos para representar Mato Grosso estarão presentes.

O Fórum Nacional Popular de Educação surgiu como resposta

às medidas do Ministério da Educação (MEC) ao retirar diversas entidades do Fórum Nacional de Educação, prejudicando a defesa e a promoção do direito à Educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada. Além disso, o Governo também adiou o calendário da Conferência Nacional de Educação (Conae), o que traz incertezas sobre a realização, de fato, de uma discussão sobre o Plano Nacional.

Tendo em vista esse cenário e na convocação à retomada da democracia, o FNPE organizou a Conape, que teve etapas municipais, regionais e estaduais entre dezembro de 2017 e abril de 2018. Em maio, o evento trará não só as discussões e reflexões sobre a Educação, mas também promoverá atos, palestras e atividades para integrar a sociedade ao debate, onde todos podem participar e lutar contra os retrocessos na Educação.

"Essas medidas do Governo Federal fazem parte de um projeto que visa transformar a educação pública de qualidade em mera mercadoria. Serão três dias de grande movimentação para chamar a atenção da sociedade e do mundo. Estamos chamando todos que queiram contribuir com a luta em defesa da maior política de Estado na área da Educação que é o Plano Nacional de Educação, que tanto tem sido atacado", explica o secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Gilmar Soares Ferreira.

Acompanhe o Sintep/MT nas Mídias Sociais





Conquistas do Sintep/MT trazem profissionais para MT

Com a primeira etapa da posse do concurso da Educação Pública estadual em abril, verificou-se que profissionais de outros estados vieram para cá em busca do plano de carreira e salário, que apesar das dificuldades enfrentadas, ainda são melhores em Mato Grosso do que em outras regiões do país. Graças a luta dos/as educadores e educadoras, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT), as conquistas da rede estadual são referência no Brasil.

Vindo do interior de Goiás, o professor de Português Joscemar de Moraes Júnior foi atraído pelo incentivo à formação continuada, com progressão de classe na tabela salarial. "Além da proximidade do meu estado natal, o que mais me atraiu foi a possibilidade de estudar e ter um resultado financeiro. Em Goiás não temos concurso há muitos anos e no processo que está aberto, não há vagas para todas as áreas, além dos efetivos estarem perdendo os benefícios conquistados", compa-

ra o professor que assumiu uma vaga em Nova Mutum.

Militante no sindicato dos profissionais da Educação no município de Maringá, o professor de História Ranielli Mendes veio de mudança para Várzea Grande em busca de melhores condições de salário, pois em seu estado natal a desvalorização da profissão tem alcançado níveis críticos, tanto na rede estadual quanto nos municípios. "Por causa dessa situação, os professores se propuseram a buscar oportunidades melhores. Vim atrás de um projeto de valorização do meu trabalho, pois onde estava o salário para professor com doutorado e com muitos anos de carreira é menor do que o salário inicial para graduação aqui".

Há quatro anos sem nem mesmo o reajuste na inflação no salário como professor de Filosofia na rede do Distrito Federal, Hebert Chaves decidiu apostar na carreira como efetivo em um estado

em que têm sido garantidos ganhos reais nos salários nos últimos anos. "Lá a situação é de terceirização para os cargos de limpeza, alimentação e segurança. Não obtivemos nem mesmo o que estava previsto em lei, que é a recomposição salarial. Apesar do meu salário inicial ser menor aqui pela tabela que vi, até 2023 estarei ganhando mais que um policial civil no Distrito Federal, além de ter possibilidade de crescimento acadêmico".

Também vinda de Goiás, a professora de Português, Iracelma Batistela Ferreira irá se mudar com a família para Querência e foi atraída não só pelo salário, como também pela luta por uma pedagogia mais humanizada. "Claro que o salário chama a atenção, mas em Mato Grosso existe uma educação mais humanizada, em que não só o professor fala e o aluno escuta. Aqui a profissão é valorizada e fico muito feliz em ter esse novo começo".

Valorização profissional é o principal atrativo para concursados

Para quem atua no magistério a aprovação no concurso público é a garantia do trabalho e também da valorização profissional.

Apesar das dificuldades encontradas nas escolas, a carreira ainda é atraente, o que explica o alto número de candidatos/as no concurso, por possibilitar uma nova perspectiva de futuro.

Amanda Pereira da Silva Azinari é pedagoga em Juara e também é interina na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), mas decidiu apostar na rede estadual por causa da carreira. "Nesse momento de ataques aos direitos dos trabalhadores/as, o concurso é uma

maneira de manter-se na luta e assegurar os direitos adquiridos. E se olharmos no país, em Mato Grosso ainda existe uma valorização dos/as profissionais da Educação, com possibilidade de crescimento a partir da formação".

Professor de Matemática em Castanheira há mais de 10 anos, Flávio Aleandro Senem vê na posse a perspectiva de continuidade aos projetos realizados. "Todo ano é uma incerteza, de saber se poderia continuar trabalhando, mas agora terei a certeza de que posso desenvolver o trabalho de forma contínua. Além da possibilidade de melhoras salariais a partir do estudo, o que é muito bom".



Amanda Pereira da Silva Azinari



Flávio Aleandro Senem

Educadores começam ano com enfrentamentos

O enfrentamento e resistência são os meios utilizados pelos/as trabalhadores/as da educação das redes municipais. Para garantir o cumprimento das leis que regulamentam direitos como Piso Salarial Nacional Profissional (PSPN), valorização para todos os/as profissionais da educação, como assegura o artigo 206 da Constituição Federal. E a resistência à desestrutura da carreira, com o achatamento salarial diminuindo os coeficientes que asseguram a valorização salarial.

Desde o início de 2018, quando a Lei Federal Lei 11.738/2018 atualizou o valor do piso salarial dos/as profissionais da educação para R\$ 2455,55, os/as educadores nos municípios tiveram que partir para o enfrentamento com mobilização, paralisações de alerta e até mesmo greve.

As subseções do Sintep em Sinop, Guarantã do Norte, Pedra Preta, Brasnorte, Santa Terezinha, Paranatinga, Colíder, Canabrava do Norte, Nova Olímpia, Tangará da Serra, Cocalinho e Cuiabá foram algumas das que fizeram o embate, em abril, contra os gestores municipais, que se recusam a garantir o reajuste e atacam de todas as formas a carreira profissional.

Em muitos lugares a administração municipal tenta ignorar os direitos de



Sinop - MT



Cocalinho - MT



Nova Olímpia - MT



Colíder - MT

carreira unificada com professores/as e funcionários/as fazendo a revisão salarial apenas para os/as docentes/as, com percentuais diferentes para a categoria. "Temos ataques de toda a natureza dos/as gestores/as municipais. Contudo nossas conquistas vieram através da luta e serão garantidas através da resistência para que não percamos direitos", afirma o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes.

O presidente lembra que o cenário colocado em nível nacional é de desmonte do papel Estado e perda de direitos da classe trabalhadora, o que indica que 2018 será um ano de muita luta e enfrentamentos. "Nenhum direito dos/das trabalhadores/as foi fruto de dádiva, foram conquistas e com essa mesma prática faremos a resistência ao desmonte", disse

**Na luta de classes
Todas as armas são boas.**

Pedras
Noites
poemas

Paulo Leminski

1º de Maio
Dia do Trabalhador e da Trabalhadora

